



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

ATA

REUNIÃO DO COGESPRE - COMITÊ GESTOR PERMANENTE DO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

Data e horário: 4 de novembro de 2025, às 14h

Local: Sala de reuniões, n. 807, torre 1

PARTICIPANTES:

Juíza Carolina Ranzolin Nerbass	Juíza Cooperadora Técnica da Presidência
Juiz Rafael Steffen da Luz Fontes	Juiz-Corregedor do Núcleo II
Rodrigo Strobel Pinto	Coordenador de Planejamento
Maurício Walendowsky Sprícigo	Diretor-Geral Judiciário
Alexsandro Postali	Diretor-Geral Administrativo
Patrick Padilha	Assessor Técnico da DTI
Filipe Ivo Rosa	Assessor de Planejamento
Bianca Wisbeck Bernstorff Mansur	Técnica Judiciária Auxiliar - Asplan
Caroline Bernardes de Borja	Técnica Judiciária Auxiliar - AJ
Beatriz Bessa dos Santos	Assessora Técnica - DGJ

PAUTA:

Cogespre
Resultado 2025
IPC-Jus
Mudança para Grande Porte
Eixo Produtividade
Requisitos Zerados
Assuntos Gerais

DELIBERAÇÕES:

Cogespre: Iniciada a reunião, Juíza Carolina falou sobre a importância do Cogespre - Comitê Gestor Permanente do Prêmio CNJ de Qualidade - na efetiva prestação dos serviços jurisdicionais, conforme as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça. Destacou que a atuação do Comitê impacta diretamente em diversas áreas institucionais do PJSC. Informou que a periodicidade prevista para as reuniões é de uma por mês, podendo ter mais, se necessário. E alertou ao grupo que, tão logo o novo presidente assumira, é necessário contextualizá-lo sobre o Prêmio CNJ de Qualidade.

Resultado 2025 e mudança para grande porte: O percentual final alcançado este ano, ainda sem o resultado dos recursos, é de 79,8%. Atualmente, o TJSC está classificado como médio porte, porém os indicadores numéricos aproximam-se dos tribunais de grande porte. Estando classificado como médio porte, o resultado 2025 do TJSC deste ano corresponde ao Selo Prata e, caso o recurso seja aceito, será Ouro. Contudo, a mesma pontuação em comparação aos de grande porte, garantiria o selo Diamante. Juíza Carolina propôs que o Cogespre faça um estudo para que o TJSC solicite a alteração de porte ao CNJ, o que foi acatado por todos.

Eixo Produtividade e IPC-Jus: O servidor Filipe apresentou os resultados do IPC-Jus, comparando os índices de produtividade dos magistrados em relação aos anos anteriores. Ele explicou as variáveis que influenciam o IPC-Jus, sendo elas: despesas, força total de trabalho, processos que tramitam e processos baixados. Foi destacado que, em comparação com outros tribunais, o elevado número de processos em tramitação e novas entradas prejudica o indicador. Como exemplo, citou o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que possui menor volume de entrada de processos, o que contribui para um índice de produtividade mais alto. Ainda, Filipe apresentou os atributos considerados para a mudança de porte, quais sejam: despesas totais, casos novos, processos pendentes, número de servidores e número de magistrados.

Requisitos zerados e planos de ação: Juíza Carolina informou que foram realizadas reuniões para tratar dos requisitos zerados, quais sejam: Socioambiental, Incidentes de Progressão, Conciliação e Priorização de 1º Grau. Solicitou às áreas responsáveis e respectivos stakeholders que relatem e detalhem objetivamente o que precisa ser feito para alcançar a pontuação máxima. Ficou acordado que serão realizadas novas rodadas de reuniões com todas as unidades responsáveis por algum requisito zerado, e que, na próxima reunião do Cogespre, serão apresentados os respectivos planos de ação. Além dos requisitos citados, também merece atenção o que trata de Participação Feminina, cujas ações dependem da alta administração, visto que considera quantidade de mulheres em cargos de alta administração e na corte eleitoral. Para este requisito, Juíza Carolina alertou que deve ser cientificado o novo corpo diretivo, tão logo ocorra a eleição.

Assuntos gerais: Foi lida a minuta da portaria de designação dos agentes focais e todos os presentes concordaram com sua validação. Além disso, a Juíza Carolina propôs a criação de um grupo gestor permanente do Datajud, de forma a garantir governança, acompanhamento contínuo e consolidação de informações estratégicas, o que foi aprovado pelo comitê. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

ENCAMINHAMENTOS:

1. A Asplan vai preparar material para fundamentar a solicitação de mudança de porte para apresentar na próxima reunião do Cogespre. Enquanto isso, cada membro, no seu âmbito de atuação vai verificar se a mudança de porte acarreta algum outro impacto, além do prêmio.
2. Juíza Carolina conduzirá as novas rodadas de reuniões com as áreas responsáveis pelos requisitos zerados, para que identifiquem as ações necessárias e apresentem na próxima reunião do Cogespre.
3. A Asplan vai providenciar o encaminhamento da minuta da portaria de designação dos agentes focais para a Presidência para validação e respectiva publicação das atas do Cogespre no portal do TJSC, em cumprimento ao Ranking da Transparência.
4. As providências necessárias para criação de um comitê de gestor para o Datajud deverão ser assunto de pauta da próxima reunião.

5. A próxima reunião ficou agendada para 16/12, às 14h.



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Wisbeck Bernstorff Mansur**, **Técnico Judiciário Auxiliar**, em 13/11/2025, às 20:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **10055366** e o código CRC **3D7EC2EA**.

0091418-09.2025.8.24.0710

10055366v2